



Processo de Promoção dos Integrantes do Quadro do Magistério
da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

**Atuação Suporte Pedagógico
Supervisor de Ensino**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '6444', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA

Objetiva
Dissertativa

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da questão dissertativa.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a dissertação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Dissertativa (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Dissertativa.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



**FORMAÇÃO GERAL**

1. Na proposta curricular da educação básica do Estado de São Paulo, a tecnologia comparece com dois sentidos complementares: como educação tecnológica básica e como
 - (A) compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos da produção.
 - (B) entendimento da dimensão prática ou empírica da ciência de ponta.
 - (C) apropriação das múltiplas possibilidades de aplicação dos princípios científicos.
 - (D) decorrência inevitável do eixo programático do progresso científico da atualidade.
 - (E) acúmulo de pressupostos que permitem a passagem do teórico ao real.

2. A Proposta Pedagógica representa a identidade da escola, na medida em que ela é o documento oficial em que estão
 - (A) apontados os aspectos a serem contemplados diante da legislação atual.
 - (B) indicadas as mudanças com a introdução do currículo estadual.
 - (C) registrados todos os procedimentos, recursos e metas da escola.
 - (D) salientados os problemas enfrentados no espaço pedagógico com os alunos.
 - (E) enumerados, para fins de consulta, os deveres e obrigações da atual gestão.

3. A Coordenadora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas forneceu, diante da Resolução SE nº 93/2009, instruções relativas às competências e atribuições dos docentes responsáveis pela recuperação. Estipula, assim, que o docente responsável pela recuperação paralela deve, rotineiramente,
 - (A) favorecer a permanência do aluno nessas atividades, de modo que ele obtenha uma maior atenção do professor nas aulas da classe regular.
 - (B) realizar uma avaliação diagnóstica dos alunos encaminhados para recuperação, detalhando as dificuldades apontadas pelo professor da classe.
 - (C) evidenciar as formas de acompanhamento, pela equipe gestora, do trabalho desenvolvido pelos professores ao longo do semestre.
 - (D) fazer uso do horário das aulas de recuperação para contemplar, no caso de escolas com até 15 (quinze) classes, o mínimo de três dias por semana.
 - (E) estipular a metodologia e materiais didáticos e tecnológicos a serem utilizados nas aulas regulares, articulando-as às aulas de recuperação.

4. O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP é um indicador que avalia a qualidade da escola. Nesta avaliação, considera-se que uma boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série, num período de tempo ideal – o ano letivo. Por este motivo, o IDESP é composto por dois critérios:
 - (A) a promoção e retenção de uma série para a outra e as deficiências de aprendizado encontradas no ano letivo seguinte, no SARESP e na Prova Brasil.
 - (B) o indicador de desempenho (ID), que avalia os problemas de aprendizagem, e o indicador de fluxo (IF), que mede o rendimento dos alunos na série e disciplina.
 - (C) a viabilidade dos alunos estarem na série em que se encontram e de dominarem, ainda que precocemente, os conteúdos e habilidades previstos para outras.
 - (D) a possibilidade de os professores terem se equivocado nos critérios de aprovação (dos alunos) e as convicções dos docentes (quanto aos critérios empregados).
 - (E) o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP (o quanto eles aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam).



5. De maneira geral, é possível afirmar que os planos de ensino dos professores constituem
- (A) a relação oficial e acordada das propostas feitas pelos vários professores para cada disciplina e série.
 - (B) os norteadores que servem para a elaboração dos planos das aulas e da avaliação da aprendizagem dos alunos.
 - (C) a sequência lógica de ensino-aprendizagem e as regras básicas de funcionamento da classe.
 - (D) a definição daquilo que deve mobilizar os professores das disciplinas para implementá-las em suas aulas.
 - (E) as possibilidades e ajustes, em relação àqueles indicados nas Propostas Curriculares e no Plano Plurianual.
-
6. Se é função do Coordenador avaliar como foi realizada a aplicação das Situações de Aprendizagem previstas para os diferentes bimestres, caberia, por exemplo, ao final de cada um deles, agendar uma Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC específica, para que os professores das disciplinas
- (A) apresentem, para a direção de sua escola, os resultados obtidos nas avaliações de sistema, replanejando as ações de capacitação.
 - (B) avaliem se os alunos fizeram uso adequado do ensino, tirando proveito das competências curriculares especificadas.
 - (C) verifiquem se foram implantadas ações abstratas, que fogem do cotidiano escolar, por disciplina e série, conforme previsto na proposta pedagógica.
 - (D) divulguem para os demais colegas uma síntese das conquistas realizadas, dos problemas enfrentados, das ações implantadas etc.
 - (E) diagnostiquem e registrem os progressos obtidos nas práticas pedagógicas, bem como as dificuldades relativas ao gerenciamento escolar.
-
7. Com as normas regimentais básicas, além de implementar os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), pretende-se instituir um mecanismo legal e necessário para
- I. promover a gestão democrática da escola, desconsiderando seu padrão de qualidade.
 - II. fortalecer a autonomia pedagógica, financeira e administrativa.
 - III. valorizar os alunos, por meio de sua participação em grêmios e concursos estudantis.
 - IV. transformar os processos de avaliação institucional do desempenho das escolas e dos alunos.
- Está correto o apresentado APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e III.
 - (E) III e IV.
-
8. Segundo Perrenoud (2000), *enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão* é um dos dez domínios de competências reconhecidas como prioritárias na formação contínua das professoras e dos professores da educação básica. Faz parte dessa competência:
- I. prevenir a violência na escola e fora dela e lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais.
 - II. organizar e fazer ouvir, no âmbito da escola, o protagonismo juvenil e utilizar as ferramentas multimídia no ensino.
 - III. desenvolver o senso de responsabilidade, a solidariedade e o sentimento de justiça e participar da criação de regras de vida comum.
 - IV. administrar a homogeneidade no âmbito de uma turma e suscitar o desejo de exercer a cidadania.
- Está correto o apresentado APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.



9. Para Tardif (2008) a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. O autor define o saber docente como um
- (A) saber da formação profissional, que se encontra sistematizado em doutrinas ou teorias compreendidas como fonte privilegiada de conhecimento e de experiência profissional.
 - (B) conjunto de conhecimentos atemporais e de diferentes naturezas, que tem como eixo central o saber da experiência que emerge da tradição cultural.
 - (C) conhecimento oriundo da experiência e legitimado por ela, incorporado à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e de saber-ser.
 - (D) saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais.
 - (E) saber formado por um conjunto de crenças a partir das quais os professores interpretam e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões.
-
10. Para Contreras (2002), a autonomia de professores nos remete a uma interpretação dos três aspectos presentes na profissionalidade docente:
- (A) a competência técnica, o respeito às normatizações e o compromisso legal.
 - (B) a responsabilidade partidária, a competência e o compromisso com a aprendizagem.
 - (C) o compromisso ético, o conhecimento escolar e a competência instrumental.
 - (D) a obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional.
 - (E) a pertença a um coletivo, o saber experiencial e o conhecimento curricular.
-
11. Um mundo em constante transformação, com o conhecimento se ampliando e comunidades se transformando, exige, segundo Hargreaves (2004), que o professor desenvolva e seja ajudado a desenvolver as capacidades de
- (A) mergulhar nas situações complexas inerentes à profissão e administrar conflitos de cunho íntimo.
 - (B) enfrentar pais e alunos e recorrer a novas tecnologias midiáticas para a promoção da aprendizagem.
 - (C) administrar sua própria formação continuada para organizar e dirigir situações de aprendizagem com eficácia.
 - (D) trabalhar em equipe, envolver pais e participar da gestão pedagógica e administrativa da escola.
 - (E) correr riscos, lidar com mudanças e desenvolver investigações quando confrontado por novas demandas e problemas.
-
12. Segundo Castro (2000), a implementação de reformas educacionais em um país federativo como o Brasil, com sistemas de ensino descentralizados, requer, necessariamente, a implantação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das ações e políticas em curso por diferentes razões, uma das quais é
- (A) permitir a construção de novos cenários, subsidiando a formulação de políticas e programas.
 - (B) observar a prática pedagógica dos professores, identificando seus acertos e correções.
 - (C) assegurar a permanência da sociedade democrática, submetendo os resultados ao Senado.
 - (D) empregar metodologias científicas, capazes de contornar os efeitos adversos da divulgação.
 - (E) usar indicadores capazes de fomentar a discussão dos gestores escolares para premiar seus alunos.
-
13. A produção de dados estatístico-educacionais que retratem a realidade da Educação é fundamental para o estabelecimento de políticas de melhoria da educação brasileira. Por meio dos censos educacionais, busca-se
- (A) identificar os níveis e modalidades de ensino, investindo em três pesquisas distintas sobre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.
 - (B) alcançar informações que permitam formular, implementar e monitorar as políticas educacionais e avaliar o desempenho dos sistemas de ensino.
 - (C) verificar como temáticas específicas estão sendo tratadas e avaliadas pelo docentes, notadamente junto ao alunado de baixa renda.
 - (D) divulgar a fidedignidade e a validade de seus resultados, notadamente em função da necessidade de cumprir os requisitos legais.
 - (E) apresentar uma sistemática de operacionalização, cuja viabilidade depende do trabalho dos gestores em assegurar a cooperação da comunidade escolar.
-
14. O Censo Escolar, de âmbito nacional, realiza o levantamento de informações estatístico-educacionais relativas
- (A) ao Ensino Fundamental e Ensino Médio.
 - (B) à Educação Infantil e Educação Especial.
 - (C) à Educação Básica e suas modalidades.
 - (D) à Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio.
 - (E) à Educação Básica e Ensino Superior.



15. Chrispino (2007), ao discutir os conceitos de conflito e de conflito escolar, apresenta inúmeras maneiras de classificar esses fenômenos, buscando seu entendimento. Segundo esse autor, a alternativa mais potente e viável para diminuir a violência escolar é a
- (A) mediação de conflitos, pela qual uma pessoa imparcial discute os aspectos em disputa, para levantar alternativas e chegar a um acordo aceitável para todos.
 - (B) explicitação daquilo que se espera dos estudantes e daquilo que a escola se propõe a fazer em termos de ações voltadas para a paz.
 - (C) indução de uma nova ordem social, na qual os conflitos sejam solucionados por um tribunal livre de ideologias libertárias.
 - (D) compreensão de que os conflitos decorrem de relações emocionais que se fazem presentes na sociedade mais ampla.
 - (E) propagação de que os conflitos escolares são ideias abstratas, cuja operacionalização não implica violência escolar.
-
16. A qualidade da educação oferecida nas escolas públicas vem se tornando tema central, pois essas escolas estão sendo procuradas por um número cada vez mais expressivo de
- (A) jovens e adultos que não tinham, anteriormente, direito efetivo de estudar nessas instituições formais de ensino.
 - (B) crianças com deficiência cognitiva, para quem as aprendizagens escolares são pouco decisivas no mundo globalizado.
 - (C) alunos das camadas mais pobres da sociedade brasileira, que antes não tinham acesso a essas instituições.
 - (D) pessoas das comunidades em que se situam as próprias escolas, a quem o acesso democrático agora permite sua frequência.
 - (E) estudantes da classe média empobrecida, que antes podia pagar escolas privadas para seus filhos.
-
17. Para que a democratização do acesso à educação tenha uma função realmente inclusiva é indispensável universalizar
- (A) a articulação teoria e prática no magistério.
 - (B) a cultura local em seus aspectos pitorescos.
 - (C) o acesso ao divertimento e ao lazer variado.
 - (D) a relevância das aprendizagens escolares.
 - (E) a constante reflexão sobre a prática individual.
-
18. Currículo é a expressão de tudo o que existe na cultura científica, artística e humanista, transposto para
- (A) o projeto pedagógico da escola democrática.
 - (B) as atividades extraclasse no contraturno.
 - (C) um conteúdo de caráter ético ou estético.
 - (D) uma sociedade elitizada e corporativa.
 - (E) uma situação de ensino e aprendizagem.
-
19. A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 9.394/96) deslocou o foco do ensino para o da aprendizagem e não é por acaso que sua filosofia não é mais a da liberdade de ensino, mas a
- (A) das competências e habilidades.
 - (B) do direito de aprender.
 - (C) do aprendizado antecipatório.
 - (D) da livre expressão do pensar.
 - (E) da lógica formal e dialética.
-
20. O Conselho Estadual de Educação de São Paulo, no uso de suas atribuições, instituiu, nesse estado, por meio da deliberação nº 09/97, o regime de Progressão Continuada, entendido como
- (A) necessidade de avaliação das competências, com fundamento nos conteúdos mínimos e obrigatórios, dispostos nas diretrizes nacionais.
 - (B) aprovação automática de todas as crianças, independentemente das conquistas realizadas, ao final de cada ciclo do Ensino Fundamental.
 - (C) controle da matrícula referenciada nos resultados da aprendizagem por série e disciplina, de modo a evitar que alunos reprovados mudem de escola.
 - (D) manutenção dos requisitos previstos para a modalidade Aceleração, conforme a idade do aluno e sua série de destino, resguardada sua vontade.
 - (E) garantia de avaliação da aprendizagem, que deve ser objeto de recuperação contínua e paralela, a partir dos resultados parciais ou finais.

**FORMAÇÃO ESPECÍFICA**

21. Para viver, aprender e trabalhar bem em uma sociedade cada vez mais complexa, rica em informação e baseada em conhecimento, os alunos e os professores devem usar a tecnologia de forma efetiva, pois ela pode contribuir para que os alunos se tornem
- (A) usuários qualificados nas tecnologias da informação, que buscam, analisam e avaliam a informação para solucionar problemas e tomar decisões com criatividade e eficácia.
 - (B) cidadãos capazes de contribuir, nas unidades escolares, para a implementação de ferramentas que facilitem a inserção de toda a comunidade escolar no espaço das tecnologias da informação.
 - (C) sujeitos de seu próprio processo de construção de conhecimento a partir da utilização do maior número possível de ferramentas tecnológicas disponíveis, sobretudo aquelas relativas à globalização da informação.
 - (D) pessoas capazes de identificar as tecnologias mais atuais, que favoreçam a transformação da informação em conhecimento.
 - (E) indivíduos capazes de compreender o processo de globalização da informação e as demandas que essa globalização exige dos alunos de todos os segmentos da educação.
-
22. A área de linguagens, códigos e suas tecnologias compreende um conjunto de disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (LEM), Arte e Educação Física, nos Ensinos Fundamental e Médio. O ensino dessas disciplinas pressupõe a contextualização em três níveis: sincrônico, diacrônico e interativo, pois
- (A) todos os professores, juntamente com os gestores da escola, devem, antes de aplicar o plano de ensino desta área, garantir que os três níveis de contextualização já tenham sido avaliados pelo projeto pedagógico da escola.
 - (B) todas as disciplinas devem ser planejadas de forma coletiva pelos professores responsáveis e coordenadores de cada área e segmento de ensino para garantir a unidade do currículo.
 - (C) a apropriação do conhecimento é favorecida quando ele faz sentido, quando é contextualizado e quando está articulado com suas condições de produção.
 - (D) o ensino desta área só deve ser iniciado após o diagnóstico preliminar dos níveis de contextualização, favorecendo a integração dos conteúdos curriculares.
 - (E) a ausência de um desses níveis de contextualização pode interferir negativamente nos projetos que articulam todas as disciplinas da área de linguagens.
-
23. Considerando o atual estágio da sociedade – descrita hoje como a “Sociedade do Conhecimento” – e situando a escola como agente social de formação integral do sujeito, observa-se a necessidade de redefinir o papel da escola e o conteúdo nela apresentado, pois
- (A) surge um novo perfil de competências a serem identificadas pelos agentes educacionais e construídas pelos alunos no que diz respeito ao conhecimento e à utilização das novas tecnologias de comunicação e informação.
 - (B) as instituições educacionais são responsáveis, nessa nova sociedade, por prover tecnologias de comunicação e informação nas escolas e, desta forma, compartilhar esse conhecimento com toda a comunidade escolar.
 - (C) as mais recentes políticas públicas para a educação básica já admitem que os problemas de acesso e permanência dos alunos na escola são consequências do analfabetismo digital e do conhecimento deficitário das novas tecnologias de comunicação e informação.
 - (D) é preciso, para integrar as tecnologias, reunir profissionais multidisciplinares para garantir tanto o domínio instrumental quanto o conteúdo a ser trabalhado, as próprias concepções de currículo e as estratégias de aprendizagem, cada qual no seu espaço.
 - (E) a inserção das novas tecnologias de comunicação e informação no ambiente escolar favorece as relações internas entre todos os seus atores e ainda entre a escola e as várias instâncias educacionais externas.



24. A mudança de paradigmas acerca da relação entre indivíduo e sociedade solicita que, além de conhecer as novas tecnologias de informação e comunicação, o sujeito utilize-as como instrumentos de construção de conhecimento e transformação social. Na reflexão sobre os desafios e limitações das instituições educacionais, aqui simultaneamente assumidas como sujeitos e objetos dessas mudanças, cabe ao supervisor escolar avaliar que
- I. a apropriação ou não desses conhecimentos pode representar tanto a ampliação das possibilidades de atuação do indivíduo na sociedade quanto o aprofundamento de seu processo de exclusão social.
 - II. a escola deve repensar a relação entre as dinâmicas que movimentam a cultura (em suas dimensões social, econômica e política), e o apelo maciço dos produtos científicos e tecnológicos que constituem essa nova variedade de linguagens e códigos no cotidiano.
 - III. a escola deve privilegiar na formação dos alunos o conceito de que as relações entre o indivíduo e a sociedade são atualmente pautadas pelas regras da globalização (portanto, externas ao seu contexto de inserção) e subsidiadas pelas tecnologias que primam pelas inovações das relações internacionais de mercado e de trabalho.
 - IV. a proporção entre a oferta de novas tecnologias e as possibilidades de sua assimilação e a utilização pelos alunos e demais agentes escolares devem constituir objeto de reflexão, no sentido de seu apelo perverso ao consumismo acrítico.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

25. Para viabilizar o cumprimento efetivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB (Lei nº 9.394/96), o Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 3/04 defende que cabe aos Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a tarefa de, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos, adequar o proposto no Parecer à realidade de cada sistema de ensino.

Considerou-se neste Parecer uma concepção de federação que retrata, segundo Cury (in Ferreira e Aguiar, 2008), o princípio

- (A) de descontinuidade administrativa.
- (B) de desarticulação proposto em todos os Conselhos de Educação.
- (C) hierárquico ou dualista comum às instâncias educativas.
- (D) hegemônico de formas de subordinação presentes, principalmente, no Conselho Nacional de Educação.
- (E) do federalismo por colaboração recíproca.

26. *A tecnologia imprime um ritmo sem precedentes no acúmulo de conhecimentos e gera uma transformação profunda na sua estrutura e nas suas formas de organização e distribuição.*

Diante desta afirmação, contida na Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio: documento de apresentação (2008), considere:

- I. A concepção de escola como instituição que somente ensina tem de ser modificada, para posicionar a escola como instituição que também aprende a ensinar.
- II. A capacidade de aprender terá de ser não apenas dos alunos, mas da própria escola, enquanto instituição educativa, envolvendo a todos.
- III. Os profissionais do laboratório de informática deverão estimular todos os alunos envolvidos nos programas tecnológicos.
- IV. A direção deve fornecer aparelhos inovadores, que utilizem toda tecnologia moderna.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e II.
- (E) III e IV.



27. Em 2007, a Secretaria Estadual de Educação – SEE iniciou uma série de ações com o propósito de melhorar a qualidade do ensino. Foi elaborado o Programa Ler e Escrever, que desenvolve projetos visando reverter o quadro de analfabetismo e de alfabetização precária dos alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental, da Rede Estadual de Ensino.

Uma ação proposta pelo Programa é:

- (A) os professores que atuarem no Ensino Médio deverão participar da formação que acontecerá na sua Unidade Escolar no horário da aula.
- (B) o Trio Gestor (Diretores, Supervisores e ATP – atualmente PCOP – do Ciclo) terá encontros mensais com formadores do programa sobre os processos pedagógicos envolvidos na alfabetização e sobre sua participação no avanço da aprendizagem dos alunos.
- (C) a realização de convênios com Instituições de Ensino Superior terá o objetivo de oferecer apoio pedagógico às classes especiais e aquelas que apresentem alunos com problemas disciplinares.
- (D) os professores efetivos que aderirem ao Programa Ler e Escrever terão um destaque, e poderão multiplicá-lo em outras Unidades Escolares.
- (E) os professores, juntamente com os alunos e a comunidade local, farão parcerias com o terceiro setor para arrecadarem fundos que possibilitem a compra de equipamentos para o Programa Ler e Escrever.

28. Contrariamente às antigas concepções baseadas em *rankings*, os atuais processos de avaliação foram concebidos “como ferramentas de melhoria e democratização da educação, com impacto positivo no processo de transformação social”. Considerando as fases que os constituem, esses processos de avaliação devem

- (A) contemplar indicadores locais e regionais identificados a partir de análises históricas realizadas pela escola para determinar quais expectativas devem ser definidas como metas a serem atingidas pelas instituições escolares.
- (B) garantir que alunos, professores e gestores escolares possam participar com real representatividade da coleta e registro dos dados, atividades que se referem às etapas iniciais do processo de avaliação.
- (C) garantir a participação dos alunos no processo autoavaliativo, considerando sua percepção bem como a própria análise periódica que o aluno faz da sua aprendizagem.
- (D) ser encaminhados com base em procedimentos que garantam a articulação dos princípios, técnicas e metodologias com o conhecimento dos indicadores educacionais, sociais, econômicos e políticos do contexto em que se inserem os sujeitos dessas avaliações.
- (E) ser precedidos por projetos de formação que envolvam toda a comunidade interna e externa à escola de modo a favorecer a compreensão e o acompanhamento de cada etapa do processo, assim como a interpretação dos resultados obtidos.

29. Os movimentos de busca pela democratização do acesso e pela melhoria da qualidade da educação podem contar atualmente com uma gama significativa de pesquisas e estudos que evidenciam a necessidade de políticas públicas que garantam e viabilizem ações nessa direção. Sendo tais pesquisas e estudos desenvolvidos com base em metodologias científicas, é correto afirmar que, no âmbito da supervisão escolar,

- (A) pode-se reduzir o aprofundamento ao analisar os dados coletados, desde que seja garantido nas etapas anteriores um aprofundamento maior ao analisar a realidade de cada escola, considerando as metas esperadas e o resultado alcançado.
- (B) faz-se necessária a criação de programas voltados para a comunidade escolar com o objetivo de capacitar esses sujeitos a coletar e produzir, autonomamente, informações diagnósticas sobre o desempenho educacional.
- (C) requer-se que as medidas propostas pelas políticas públicas sejam reavaliadas pelos supervisores escolares tomando por base o diagnóstico apresentado pelos estudos citados, antes de sua implementação nas instituições escolares.
- (D) deve-se garantir estreita coerência entre os procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas acadêmicas e aqueles utilizados como referência nas pesquisas conduzidas nas escolas, por agentes externos e pelos órgãos oficiais.
- (E) faz-se necessário o domínio dos procedimentos de coleta, registro, organização, interpretação e análise de dados educacionais, assim como a articulação desses dados com indicadores de natureza histórica, social e política.

30. Um Plano Nacional de Educação define, entre outras coisas, diretrizes para a gestão e financiamento da educação. Contudo, como se tratam de diretrizes e metas gerais para toda a nação, é preciso adequá-las às especificidades locais e definir estratégias que estejam alinhadas a cada situação. De acordo com o artigo 10 da LDB (Lei nº 9.394/96) cabe ao Estado uma série de tarefas. A necessidade de adequar as políticas nacionais às especificidades locais está mais claramente expressa, na LDB, no Inciso

- (A) I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino.
- (B) II – definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do poder público.
- (C) III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e a dos seus Municípios.
- (D) V – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.
- (E) IV – definir conjuntamente, Municípios e Estados a política econômica a ser utilizada para deliberação da verba a ser distribuída a cada setor público conforme as suas atribuições.



31. A identificação e operacionalização de ações conscientes que buscam transformar a realidade atual das escolas dependem fundamentalmente de que os gestores escolares desenvolvam habilidades de compreensão e análise da situação atual em relação às expectativas estabelecidas (sejam elas oficiais, da comunidade interna ou externa à escola), ou seja, dependem de uma gestão escolar comprometida com resultados. Neste sentido, o supervisor escolar pode contribuir,
- (A) valorizando ações em que os gestores escolares sejam estimulados a incorporar os processos de avaliação à cultura da escola de forma a favorecer uma relação de mútuo aperfeiçoamento entre esses processos e o projeto pedagógico da instituição.
 - (B) oferecendo aos gestores escolares projetos de formação que os capacitem a construir e aplicar avaliações educacionais com a apresentação de indicadores cuja fundamentação, metodologia e bases de referência sejam aceitas nacional e internacionalmente.
 - (C) acompanhando e divulgando para os gestores da rede todos os resultados de avaliações educacionais e institucionais de forma a provê-los de instrumentos comparativos capazes de nortear a definição das metas e dos resultados a serem mensurados em cada escola.
 - (D) criando um plano de ação complementar, que envolva comunidade externa à escola, que seja baseado em fatos e dados, portanto, repleto de indicadores que irão nortear as futuras ações ou até mesmo a mudança de estratégias.
 - (E) criando espaços de discussão no interior das instituições nos quais sejam abordados por toda a comunidade interna e externa à escola, os aspectos mais conflituosos dos processos de avaliação com vistas a minimizar as sequelas punitivas (quando as metas não são alcançadas) e valorizar as premiações (quando os resultados esperados são alcançados).
-
32. Pesquisas têm apontado para discriminações e exclusões em múltiplos contextos e no interior das escolas, devidas ao racismo, ao sexismo e a preconceitos originados pelas situações socioeconômicas, regionais, culturais e étnicas. Com isso, as escolas deverão explicitar, ao definir suas propostas pedagógicas,
- (A) a contemplação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, sem que haja intervenções subliminares ou qualquer outra articulação.
 - (B) o reconhecimento de identidades pessoais, assumido como uma diretriz para a Educação Nacional, no sentido de constatar as diversidades e peculiaridades básicas presentes nos alunos de nosso país.
 - (C) a preocupação com um posicionamento neutro na relação professor-aluno ou professor-professor para que as múltiplas formas de conflito concretizadas tanto no ato de educar como nas relações entre as gerações não interfiram nos processos de aprendizagem.
 - (D) as relações existentes entre a articulação das áreas de conhecimento dos alunos e professores e seu desenvolvimento, para obter uma avaliação embasada nas diretrizes educacionais.
 - (E) o tratamento das dificuldades relacionais por meio de Programas de Gerenciamento de Conflitos, os quais devem ser apoiados num trabalho diário de observação e avaliação de indicadores para identificar a intervenção necessária.
-

33. *Compreender a vida de sala de aula é um requisito necessário para evitar a arbitrariedade na intervenção.*

(Sacristán, J. G.; Gomes, A. I. P. 1998)

Diante do texto acima, é correto afirmar:

- (A) Intervir na evolução educativa do indivíduo e do grupo implica perceber a homogeneidade dos indivíduos quanto às capacidades, o que permite a construção de um currículo comum.
- (B) Intervir no processo de educação requer que se reconheça que os indivíduos são como são, sem perspectiva de mudança, e por isso devem ser respeitados.
- (C) Deve-se levar em conta que, na prática educativa, uma boa intervenção requer um planejamento que possa ser utilizado em diferentes situações.
- (D) Deve-se levar em conta que os indivíduos se desenvolvem de diferentes formas e em diferentes grupos e ainda que, em virtude da multiplicidade dessas trocas, cada uma dessas formas cria a possibilidade de novos esquemas de conhecimento, de compreensão e de intervenção.
- (E) Deve-se levar em conta que uma boa intervenção é aquela planejada no início do ano letivo, e que não precisa passar por modificações no decorrer das atividades escolares.



34. Segundo Antoni Zabala (2002), as decisões sobre organização de conteúdos e sobre metodologia didática são estritamente sobre meios para alcançar a finalidade de formar cidadãos e cidadãs capazes de intervir na realidade e modificá-la desde uma perspectiva democrática. Para que isso possa ocorrer, cabe ao Supervisor de Ensino
- (A) orientar a implementação do currículo adotado, conforme elucida Zabala, mudando as estratégias e os conteúdos do trabalho para ajustá-los conforme seu próprio posicionamento.
 - (B) utilizar os métodos globalizadores, que Zabala descreve referindo-se às possibilidades dos centros de interesse de Decroly, os métodos de projetos de Kilpatrick, o estudo do meio e os projetos de trabalhos globais.
 - (C) ter conhecimento dos materiais curriculares utilizados por professores e alunos para que eles estejam de acordo com os métodos freirianos, difundidos originalmente por Zabala.
 - (D) defender o desenvolvimento de projetos para dotar as crianças de estratégias e atitudes que lhes permitam enfrentar e encontrar soluções para problemas, conforme preconiza Zabala.
 - (E) estimular a utilização dos métodos montessorianos, que Zabala descreve referindo-se aos alunos de inclusão, para que os currículos sejam adequados à diversidade e, portanto, monitorados adequadamente.
-
35. A LDB (Lei nº 9.394/96) refere-se a uma Parte Diversificada a ser utilizada pelas escolas no desenvolvimento de atividades e projetos que interessem, especificamente, às escolas. Diante disso, é correto afirmar:
- (A) As decisões sobre a utilização do tempo devem ser tomadas pelos alunos, para que os projetos possam ocorrer tranquilamente.
 - (B) A possibilidade de uma boa avaliação final dos projetos requer uma discussão prévia entre os professores das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa sobre a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, e o sistema seriado ou por ciclos.
 - (C) Os projetos de pesquisa sobre ecossistemas regionais, por exemplo, ou atividades artísticas e de trabalho, novas linguagens (como da informática, da televisão e de vídeo) podem oferecer ricas oportunidades de ampliar e aprofundar os conhecimentos e valores presentes na Base Nacional Comum.
 - (D) O Ensino Médio deverá se voltar aos projetos específicos para que haja uma participação efetiva de todos os segmentos da escola, tanto docente como discente.
 - (E) As escolas devem trabalhar em clima de competição entre a direção e as equipes docentes para que haja condições motivacionais entre os projetos idealizados.
-
36. Os processos de avaliação desenvolvidos internamente nas instituições ou aplicados por agentes externos a elas constituem fortes subsídios para a construção das políticas públicas para a educação básica na medida em que permitem compreender a escola como uma agência de formação sociocultural e politicamente inserida e, por isso mesmo, palco de diversidades, conflitos e contradições. Diante desses processos, as ações de monitoramento por parte do supervisor escolar devem
- (A) assumir os processos de avaliação como possibilidade de galgar melhores posições no *ranking* internacional, sem perder de vista que as ações decorrentes de seus resultados devem ser redefinidas e fiscalizadas prioritariamente por órgãos oficiais e pela comunidade, pois, essas ações podem determinar a injeção de recursos financeiros para os programas educacionais.
 - (B) considerar que os resultados dos processos de avaliação podem expressar dificuldades, carências e necessidades a serem supridas nas instituições educacionais. Assim, cabe ao supervisor escolar zelar pela fidedignidade das informações e pela divulgação dos resultados a todos os gestores escolares, favorecendo a articulação entre as várias instituições que compõem a rede.
 - (C) tomar como referência os níveis de classificação que caracterizam cada escola antes de definir quais ações serão adotadas em cada situação particular. É esta especificidade que vai validar a metodologia aplicada, conferir transparência aos indicadores e agregar credibilidade aos resultados.
 - (D) garantir que as ações de avaliações internas ou externas às instituições obedeçam a mecanismos de monitoração que contemplem princípios, metodologias e objetivos claramente definidos e que ainda permitam a percepção de que seus resultados possam ser transformados em ações efetivamente relevantes e transformadoras de forma que sua legitimidade seja reconhecida por todos os sujeitos envolvidos.
 - (E) garantir que as ações de avaliações internas ou externas às instituições obedeçam aos mecanismos utilizados pelo PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos, com critérios de avaliação padronizados e desenvolvidos conjuntamente com países convidados, incluindo o Brasil.



37. Uma determinada escola da rede estadual alcançou no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo/Idesp 2010 o valor de 1,93 para o 9º ano do Ensino Fundamental, sendo que seu nível de desempenho (ID) foi 2,12. Para chegar ao ID desta escola levou-se em consideração
- (A) os resultados do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – Saesp multiplicados pelo indicador de fluxo (IF) da escola.
 - (B) os resultados dos exames do Saesp de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.
 - (C) os resultados obtidos no PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), divididos proporcionalmente pelos estados.
 - (D) os dados de diferentes indicadores, inclusive os resultados do Saesp.
 - (E) os diferentes níveis de desempenho atingidos pelos alunos a partir das notas obtidas nos exames do Saesp.
-
38. Sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/Ideb e o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo/Idesp, considere:
- I. Orientar a formulação de metas que conduzam ao aprimoramento da qualidade da escola de educação básica.
 - II. Utilizar uma metodologia de cálculo de resultados que permita às escolas acompanhar sua evolução de ano para ano.
 - III. Medir o desempenho dos estudantes nos exames de Língua Portuguesa e Matemática, ao final das etapas do ensino (4ª e 8ª séries ou 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio).
 - IV. Calcular o índice de cada escola combinando informações de desempenho de alunos em exames padronizados com dados de aprovação escolar obtidos por meio do Censo Escolar.
- São características comuns aos dois índices as citadas em
- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, III e IV, apenas.
 - (C) I, II e IV, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
-
39. A relação entre os processos educacionais e os processos sociais mais amplos nos revela que ambos transformam-se mutuamente, a partir das interferências que um exerce sobre o outro. Assumir esse caráter dinâmico da educação significa perceber também as formas diferenciadas de avaliar esses processos, conforme sua natureza, objetivo, abrangência etc. A diferença entre os processos de avaliação **educacional** e os processos de avaliação **institucional** reside no fato de a
- (A) construção dos instrumentos utilizados para a avaliação **educacional** poder contar com a contribuição das comunidades interna e externa à escola, diferentemente da avaliação **institucional**, cujos instrumentos dependem de metodologia científica notadamente reconhecida nos meios acadêmicos.
 - (B) avaliação **educacional** ter seu foco nos processos de ensino-aprendizagem, enquanto a avaliação **institucional** enfatiza os aspectos mais voltados à normatização das políticas públicas para a educação.
 - (C) avaliação **educacional** ser sempre aderente aos princípios específicos do projeto pedagógico de cada unidade escolar, enquanto a avaliação **institucional** tem como fundamentos principais as diretrizes definidas pelas instâncias superiores como as Secretarias Municipal e Estadual de Educação.
 - (D) avaliação **institucional** fundamentar-se num bom diagnóstico realizado previamente para focar as dificuldades apresentadas pela maioria dos alunos, individualmente, enquanto a avaliação **educacional** é voltada para os problemas atitudinais destacados nos trabalhos realizados em grupos.
 - (E) avaliação **institucional** ser mais abrangente pois, incorpora em si a avaliação **educacional** e se expande para tratar também das políticas públicas, projetos e do sistema educacional como um todo, embora ambas sejam balizadas pelas mesmas referências conceituais.
-
40. A partir de 2008 algumas mudanças foram implantadas no Saesp, com o objetivo de aprimorar o processo de coleta, sistematização de dados e produção de informações sobre o desempenho dos alunos. Uma dessas mudanças diz respeito às áreas do conhecimento a serem avaliadas e à periodicidade dessa avaliação. Nesse sentido, é correto afirmar que
- (A) anualmente serão avaliadas as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e, anual e alternadamente, as áreas Ciências da Natureza (Ciências, Física, Química e Biologia) e Ciências Humanas (História e Geografia).
 - (B) as áreas de Língua Portuguesa e Matemática serão avaliadas bienalmente, sendo que nos anos alternados serão avaliados todos os temas transversais trabalhados durante aquele ano.
 - (C) anualmente serão avaliadas as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e as demais áreas não serão avaliadas.
 - (D) as áreas Língua Portuguesa e Matemática serão avaliadas de dois em dois anos e as áreas Ciências da Natureza (Ciências, Física, Química e Biologia) e Ciências Humanas (História e Geografia), alternadamente.
 - (E) as áreas Língua Portuguesa e Matemática serão avaliadas alternadamente a cada ano.



41. Sacristán (in Sacristán e Gomes, 1998) aponta a realidade do professor hoje, *intervindo num meio ecológico complexo que é a sala de aula – escola, um cenário psicossocial, vivo e mutante, definido pela interação simultânea de múltiplos fatores e condições.*

Diante desta afirmação, faz-se necessária a formação continuada dos agentes educacionais que contemple uma reflexão da prática, diante desse novo papel que o professor deve desempenhar. Essa formação deve

- (A) assegurar que os meios acadêmicos se responsabilizem pela aquisição dos conhecimentos teóricos úteis para a prática do professor.
- (B) analisar cada situação de forma específica e cuidadosa, refletindo sobre situações individuais de aprendizagem, problemas singulares condicionados pelas características situacionais.
- (C) instrumentalizar esses agentes para que resolvam rapidamente os problemas, mediante a aplicação de uma regra técnica ou de um procedimento.
- (D) ser oferecida pelas Secretarias de Educação a cada unidade escolar de acordo com a autonomia relativa de cada uma delas.
- (E) focar-se na construção da identidade dos agentes educacionais, permitindo-lhes desenvolver a percepção de si e do outro no novo papel que lhes é atribuído.

42. Sacristán (1998) propõe a formação do professorado, sob o enfoque de *investigação-ação*, para a compreensão. Dentro deste enfoque, deve-se considerar

- (A) o caráter ético e não instrumental de todo o processo de ensino-aprendizagem.
- (B) as proposições que defendem que o professor deve manter uma nítida neutralidade política e sustentar posições explícitas ou implícitas quanto à instituição escolar e ao contexto social da escola.
- (C) o caráter ético que permeia a seleção, a sequenciação e a organização dos conteúdos até mesmo na ação e na reflexão cooperativa de indagação, experimentação e compreensão de todos os atores envolvidos.
- (D) os projetos educativos que desempenhem estritamente um papel adicional na transformação das injustas e desumanas condições sociais, econômicas e políticas.
- (E) o caráter ético principalmente no que diz respeito ao atendimento à diversidade de alunos em sala, com ênfase nos aspectos relativos ao multiculturalismo.

43. A reflexão sobre a ação é um componente essencial do processo de aprendizagem permanente que constitui a formação profissional.

Na reflexão, segundo Grimmatt (in Sacristán, 1998), pode-se distinguir três perspectivas diferentes. São elas: reflexão

- (A) sobre os sentimentos provocados – sentimentalismo; sobre o conhecimento enquanto processo dialético e sobre as condições políticas, sociais e econômicas que afetam o pensamento.
- (B) como ação mediatizada instrumentalmente; entre diversas orientações de ensino e como reconstrução da experiência.
- (C) dos conceitos que se ocultam e das práticas contraditórias; das propostas e métodos de intervenção elaborados e para gerar novos conhecimentos.
- (D) relativa à formação inicial; sistematizada da ação pedagógica e sobre a formação continuada em serviço.
- (E) articulada pelas habilidades primárias do pensamento; mediatizada pela ação consciente e planejada das mudanças possíveis.

44. Segundo a Deliberação nº 9/97 do Conselho Estadual de Educação/CEE, o projeto educacional de implantação do regime de progressão continuada deverá especificar mecanismos que assegurem avaliações da aprendizagem ao

- (A) longo do processo, com atividades de reforço e de recuperação ao final de ciclo ou nível, se necessário.
- (B) longo do processo, conduzindo a uma avaliação automática, de modo a favorecer a democratização do ensino.
- (C) longo do processo, conduzindo a uma avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem do aluno, de modo a permitir a apreciação de seu desempenho em todo o ciclo.
- (D) final do processo, para promover automaticamente o aluno, evidenciando uma organização flexível e de acesso mais imediato ao mercado de trabalho.
- (E) final do processo com a finalidade de superar a cultura da repetência.



45. Os programas de acompanhamento e avaliação instituídos (Saresp e Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb) são importantes para a SEE-SP a fim de implementar uma política pública que visa a construir saberes que gerem competências e práticas capazes de
- I. implementar as ações identificadas como pertinentes e necessárias.
 - II. pesquisar e identificar questões sobre a realidade.
 - III. avaliar as ações implementadas e utilizar os dados dessa avaliação para reiniciar processos de transformação da realidade.
 - IV. manter o *status quo* do rendimento escolar.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

46. Considere os seguintes itens:

- I. Elaborar e executar as políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios.
- II. Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.
- III. Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Os itens I, II e III identificam, respectivamente, de acordo com a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, responsabilidades

- (A) da União, dos Estados e dos Municípios.
- (B) dos Estados, dos Municípios e da União.
- (C) dos Municípios, dos Estados e da União.
- (D) dos Estados, da União e dos Municípios.
- (E) da União, dos Municípios e dos Estados.

47. A proposta de organização e tratamento dos conteúdos para o Ensino Médio envolve os conceitos de interdisciplinaridade e contextualização. A interdisciplinaridade implica

- (A) identificar onde está a ruptura entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real e de sua transformação.
- (B) possibilitar um trabalho pautado numa perspectiva disciplinar rígida.
- (C) superar a concepção fragmentária de conhecimento e a dicotomia entre ensino e pesquisa, considerando o estudo e a pesquisa a partir da contribuição das diversas ciências.
- (D) construir projetos de estudo em que existam aportes de todas as disciplinas, assim como a integração de segmentos diferentes de ensino.
- (E) favorecer a integração contínua entre todos os professores de disciplinas afins, de forma a garantir que os projetos possam ser avaliados coletivamente.

48. Visando a melhorar a formação dos jovens que frequentam o Ensino Médio, a Secretaria de Estado da Educação, em 2008, desenvolveu o Projeto Apoio à Continuidade dos Estudos, que abrangeu a diversificação curricular, com o objetivo de

- (A) oferecer condições para que o aluno seja capaz de acompanhar os cursinhos pré-vestibulares, como oportunidade de continuar seus estudos e investir no futuro ingresso em cursos superiores.
- (B) apresentar e analisar o desenvolvimento tecnológico.
- (C) explorar a relação entre os conteúdos curriculares e as redes sociais.
- (D) proporcionar material didático para a recuperação dos alunos do Ensino Médio.
- (E) realizar aulas contextualizadas para melhor assimilação dos conteúdos curriculares e priorizar temas para o aprofundamento dos componentes curriculares do Ensino Médio.



49. Uma escola de Ensino Médio incluiu em seu plano anual de trabalho um projeto sobre "Violência na Escola", a ser desenvolvido durante o ano. Os professores desde o planejamento ficaram envolvidos com o projeto que, quando apresentado aos alunos, foi aceito pela maioria. Os conteúdos de cada uma das áreas do currículo previam de forma articulada o desenvolvimento do tema com pesquisas, análises, identificação de casos, coleta de dados, gráficos, elaboração de relatórios etc.

O Supervisor de Ensino, ao tomar conhecimento do projeto, emitiu seu parecer, assegurando que o projeto

- (A) envolve um tema polêmico e, por esse motivo, pode passar aos pais e à comunidade a ideia de que os alunos perdem tempo com esse assunto, em detrimento de conteúdos mais importantes.
- (B) contribui para a constituição da cidadania, cujo exercício exige conhecimentos e informações necessários para um protagonismo responsável, além do que, permite evidenciar valores fundamentais para a vida em sociedade.
- (C) não contribui para uma aprendizagem significativa devido à forma escolhida para desenvolvê-lo, apesar da relevância do tema.
- (D) não deve ser desenvolvido, pois seu planejamento e realização não foram precedidos de uma pesquisa com a comunidade para justificar a escolha do tema.
- (E) não deve ser desenvolvido, pois pode estimular o aumento da violência na escola e na comunidade.

50. Ao analisar os dados referentes à Educação de Jovens e Adultos de uma escola, o Supervisor de Ensino constatou que o índice de evasão estava elevado. A ação correta do Supervisor foi

- (A) propor à equipe gestora da escola a troca dos professores da Educação de Jovens e Adultos.
- (B) informar, por meio de relatório, o Dirigente de Ensino, sugerindo a extinção da Educação de Jovens e Adultos na escola.
- (C) atuar junto à equipe gestora da escola a fim de buscar alternativas para solucionar o problema e garantir a inclusão nesta modalidade da educação básica.
- (D) encaminhar os alunos da Educação de Jovens e Adultos da escola para o exame supletivo.
- (E) encaminhar os alunos da Educação de Jovens e Adultos da escola para as telessalas.

51. As Expectativas de Aprendizagem do Ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio para os componentes curriculares previstos no Currículo por série: apresentam determinadas funções básicas. As Expectativas

- I. são indicadores de acompanhamento das aprendizagens básicas dos alunos ao longo dos anos escolares, procurando garantir que elas se consolidem e indicando a necessidade de processos de recuperação.
- II. são referenciais mínimos para a análise das aprendizagens esperadas e consolidadas dos alunos e as necessidades de revisão do planejamento, inclusive avaliando o grau de implantação do próprio Currículo Oficial proposto.
- III. constituem referenciais para a realização de avaliação diagnóstica dos conhecimentos já dominados (ou não) pelos alunos em cada série/componente curricular, levando-se em conta a implantação do Currículo.
- IV. oferecem maior clareza entre a Proposta Curricular e as Matrizes de Referência para a Avaliação da Prova Brasil.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) III e IV.

52. A Resolução CNE/CP nº 1/04, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, estabelece que esse ensino seja desenvolvido por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP nº 3/04. Segundo essa resolução, os sistemas de ensino

- (A) incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, com o objetivo de reduzir o currículo da educação intercultural.
- (B) poderão estabelecer, assim como os estabelecimentos de ensino, canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, com a finalidade de restringir a participação desses grupos nas escolas.
- (C) deverão garantir o direito de alunos afro-descendentes de frequentar estabelecimentos de ensino com professores competentes no domínio de conteúdos de ensino, embora desobrigados de corrigir situações de discriminação.
- (D) incentivarão e criarão, assim como as entidades mantenedoras, condições materiais e financeiras e deverão prover as escolas, professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para essa educação.
- (E) promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores reconheçam a diversidade e fiscalizem os casos de racismo.



53. A Deliberação CEE Nº 82/09 e Indicação CEE Nº 82/09 estabelecem as diretrizes para os Cursos de Educação de Jovens e Adultos em nível do Ensino Fundamental e Médio, instalados ou autorizados pelo Poder Público no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e deliberam que os cursos serão organizados em dois níveis, correspondentes, respectivamente, aos Anos Finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. A organização do curso, o nº de horas e a idade mínima estabelecidos para os quatro anos finais do Ensino Fundamental são mínimo de
- (A) 18 meses de integralização; 1200 horas de efetivo trabalho escolar e idade mínima de 16 anos completos para seu início.
 - (B) 18 meses de integralização; 1600 horas de efetivo trabalho escolar e idade mínima de 16 anos completos para seu início.
 - (C) 24 meses de integralização; 1600 horas de efetivo trabalho escolar a idade mínima de 18 anos completos para seu início.
 - (D) 24 meses de integralização; 1200 horas de efetivo trabalho escolar e idade mínima de 18 anos completos para seu início.
 - (E) 24 meses de integralização; 1600 horas de efetivo trabalho escolar e idade mínima de 16 anos completos para seu início.
-
54. A atuação dos Supervisores Escolares, Diretores e Professores Coordenadores é enfatizada nas Propostas Curriculares da SEE/SP. Tendo em vista essas orientações, a atuação do Supervisor de Ensino nas unidades Escolares da Rede Pública Estadual envolve
- (A) selecionar material didático para o ensino e a aprendizagem de números decimais.
 - (B) estabelecer parcerias com vistas à otimização de recursos disponíveis.
 - (C) realizar a formação continuada dos professores nas Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).
 - (D) orientar a implementação do currículo adotado pela SEE/SP acompanhando e avaliando sua execução e redirecionando rumos quando necessário.
 - (E) monitorar a aprendizagem dos alunos, estimulando a adoção de práticas inovadoras e diferenciadas.
-
55. Segundo Sacristán e Gomes (1998), na sociedade contemporânea, a escola perdeu o papel hegemônico na transmissão e distribuição da informação. Os meios de comunicação de massa, e em especial a televisão, oferecem de modo atrativo e ao alcance da maioria dos cidadãos uma abundante bagagem de informações nos mais variados âmbitos da realidade. Com esta constatação, afirma-se que a escola deve cumprir a função social de
- (A) oferecer o conhecimento como ferramenta de análise para facilitar que cada aluno/a questione, compare e reconstrua suas pré-concepções, seus interesses e atitudes condicionadas.
 - (B) persuadir e/ou seduzir os indivíduos a qualquer preço, que é o interesse mais legítimo da escola para trabalhar sem conflitos.
 - (C) reproduzir a cultura dominante para que as novas gerações se beneficiem da erudição desenvolvida historicamente.
 - (D) permitir que as informações recebidas pelos meios de comunicação de massa ajudem os alunos a terem um capital de informações críticas.
 - (E) coibir a invasão da escola pelas informações oriundas das redes sociais de comunicação.
-
56. Segundo o Comunicado SE de 19/12/2007, a Secretaria de Estado da Educação, considerando as disposições da Resolução SE nº 86/2007, tornou pública as orientações para a implantação do Programa Ler e Escrever nas escolas da rede pública estadual. As ações daquele ano envolveram as Diretorias de Ensino da capital e compreenderam a formação
- (A) de Gestores, com encontros mensais de formação, dos quais participaram Supervisores, Assistentes Técnico-pedagógicos – ATP (atualmente PCOP) e Diretores de Escola da Capital e Formação Pedagógica – encontros quinzenais com os ATP (atualmente PCOP) e Professores Coordenadores das Escolas da Capital com o objetivo de aperfeiçoar a didática de alfabetização e a formação de professores de suas escolas.
 - (B) do Professor Regente com encontros ocorridos mensalmente e realizados pelos formadores do Programa com o objetivo de aperfeiçoar a didática da alfabetização e a formação do Trio Gestor para a Região Metropolitana de São Paulo.
 - (C) de Gestores com encontros mensais de formação dos quais participaram Assistentes Técnicos Administrativos – ATP e Diretores de Escola da Capital. Neles foram discutidos conteúdos que ampliam para os gestores as possibilidades de compreenderem, apoiarem, acompanharem, avaliarem e tomarem decisões visando à promoção da aprendizagem dos alunos.
 - (D) pedagógica – Encontros quinzenais com os ATP e professores coordenadores das Escolas da Capital com o objetivo de aperfeiçoar a didática da alfabetização e da matemática e a formação dos professores de suas escolas.
 - (E) do Trio Gestor – Diretores, Supervisores e ATP do Ciclo I de todo o Estado de São Paulo, com encontros ocorridos mensalmente para analisar, discutir e aprender sobre os processos pedagógicos envolvidos na alfabetização e, principalmente, sobre sua participação no avanço da aprendizagem dos alunos.



57. O Projeto Intensivo no Ciclo – 4ª série – PIC 4ª – substitui a Recuperação do Ciclo I e tem por objetivo garantir que nenhum aluno conclua o Ciclo I do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever. Com o objetivo de reverter o quadro de alunos que, por não terem domínio da leitura e escrita, ficam alijados de usá-la de forma autônoma, o PIC – 4ª série – propõe várias, estratégias que darão oportunidades a esses alunos de avançar na aprendizagem, apropriando-se dos conteúdos básicos desse Ciclo e adquirindo condições de continuar aprendendo no Ciclo II. São elas:
- (A) formação de Supervisores responsáveis pelas salas de PIC; materiais específicos; elaboração de atividades diferenciadas; organização de agrupamentos de alunos de PIC num horário e espaço separado da sala de aula regular.
 - (B) critérios diferenciados para regência das turmas de PIC; formação de Professores Coordenadores; HTPC apenas com os professores de PIC 4ª série e materiais específicos.
 - (C) formação de professores para atuarem nas turmas do PIC; reuniões com os pais destes alunos para comunicar que os filhos estarão na escola numa sala especial e materiais específicos.
 - (D) critérios para encaminhamento dos alunos ao PIC – 4ª série; materiais específicos; formação do Diretor da Unidade Escolar e acompanhamento da aprendizagem dos alunos pelo Supervisor de Ensino da DE à qual a escola pertence.
 - (E) formação dos professores para atuarem nas turmas do PIC; organização administrativa e curricular diferenciada para regência das turmas de 4ª série do Ciclo I – PIC; materiais específicos; critério diferenciado para regência das turmas do PIC e critério para encaminhamento dos alunos ao PIC – 4ª série.
-
58. A Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio/2008 tem como princípios centrais:
- (A) a escola que ensina, o currículo como organizador e manejo dos professores; a prioridade da competência de matemática, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho.
 - (B) a escola que ensina, o currículo como espaço de cultura, as competências como eixo do ensino, a prioridade da competência de todas as áreas do conhecimento, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho.
 - (C) a escola que aprende, o currículo que proporciona esquemas de como organizá-lo e manejá-lo por parte dos professores, as competências como eixo da aprendizagem, a prioridade da competência de leitura, de escrita e da matemática, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho.
 - (D) a escola que aprende, o currículo como espaço de cultura, as competências como eixo da aprendizagem, a prioridade da competência de leitura e de escrita, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho.
 - (E) a escola que ensina, o currículo que proporciona esquemas de como organizá-lo e manejá-lo por parte dos professores, as competências de leitura e de escrita, a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho.
-
59. O mapa de uma classe revela que mais da metade dos estudantes ainda não se apropriou do sistema de escrita. Para ajudar este professor a planejar boas situações didáticas para que os alunos possam avançar nas hipóteses de escrita, o Supervisor de Ensino da Escola deve
- (A) gerenciar a classe, pelo menos, por um mês, organizando o tempo, o espaço e o agrupamento dos estudantes, de modo a potencializar as aprendizagens.
 - (B) organizar, selecionar e disponibilizar recursos e materiais de apoio didático e tecnológico para o professor da sala.
 - (C) fazer um levantamento sobre os mapas da escola e marcar uma reunião com os pais para que eles possam ajudar seus filhos em casa.
 - (D) discutir com o professor coordenador e o diretor da escola, refletindo sobre algumas ações que possam contribuir para o alcance das expectativas de aprendizagem com relação à leitura e à escrita e às metas do Programa Ler e Escrever.
 - (E) reconhecer a escrita como sistema gráfico de representação da linguagem – e não código de transcrição da fala –, pressupondo um caminho progressivo de elaboração de ideias tanto sobre o que representa, quanto sobre de que maneira representa o que representa.
-
60. A finalidade mais importante de uma matriz de avaliação, como a proposta do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo/SARESP, é seu poder sinalizador
- (A) do ensino do professor e do que os alunos assimilaram deste conhecimento por meio dos diferentes componentes curriculares em cada etapa da escolaridade básica.
 - (B) do ensino do professor e do que os alunos aprenderam deste conhecimento assimilado no 3º ano, 5º, 7º e 9º ano do Ensino fundamental e a terceira série do Ensino Médio.
 - (C) das estruturas básicas de conhecimentos a serem construídos pelos professores por meio das formações continuadas que receberam das equipes das diretorias de ensino e dos supervisores.
 - (D) das estruturas básicas de conhecimentos a serem construídas por crianças e jovens por meio do componente curricular da Língua Portuguesa.
 - (E) das estruturas básicas de conhecimentos a serem construídas por crianças e jovens por meio dos diferentes componentes curriculares em cada etapa da escolaridade básica.

**PROVA DISSERTATIVA**

Atenção: A Prova Dissertativa deverá ter extensão mínima de 20 e máxima de 30 linhas.

Mara é Supervisora de Ensino em quatro escolas públicas de bairros afastados do centro de São Paulo e procura planejar suas visitas às escolas de modo a poder participar, pelo menos mensalmente, das reuniões de HTPC.

Atualmente uma das escolas é continuamente depredada. Os muros são constantemente pichados, os vidros quebrados, os equipamentos eletrônicos e até a merenda já foram roubados. A diretora assegura que passa a maior parte do tempo trabalhando em função das consequências dessas ações e afirma que não tem tempo para acompanhar nem a implementação da proposta pedagógica nem o desempenho dos alunos e que está sem motivação para isso, pois precisa constantemente ir atrás de materiais e recursos para repor os prejuízos.

Considerando a bibliografia indicada, formule hipóteses das prováveis causas da situação como descrita pela diretora e explique como Mara poderia conduzir o processo de supervisão dessas escolas na busca de soluções.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	